

Funaro: "Povo terá mais bem-estar no futuro"

Ministros da Fazenda e do Planejamento garantem que sem novo pacote o País teria colapso

VERA RAMOS
Da Editoria de Economia

"O bem-estar do povo brasileiro vai aumentar no futuro", garantiu ontem em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que juntamente com o titular da pasta do Planejamento, João Sayad, explicou os motivos que levaram o governo Sarney a decretar um novo pacote de medidas econômicas, as quais, na opinião dos ministros, vão evitar que o País entre numa situação de colapso nos próximos anos.

Funaro afirmou que o aumento verificado nos salários dos trabalhadores, após a aplicação do plano de estabilização, deveria ter sido direcionado para a poupança, o que não aconteceu. "Houve um aumento significativo do consumo interno que pressionou o setor produtivo que ainda se ressentia da falta de investimentos que ocorreu nos anos passados devido à situação de recessão de toda a economia brasileira". Segundo Funaro, o governo Sarney recebeu uma "herança séria".

Dai a necessidade destas medidas.

Tanto Funaro quanto Sayad informaram que o objetivo básico da decretação dos depósitos compulsórios será o aumento da poupança interna para financiar os principais projetos de cunho social. Disse que as autoridades econômicas têm convicção que conseguirão erradicar a miséria total no País, que atinge um quinto da população.

Para justificar as novas medidas, Funaro disse que o Governo não está se utilizando de métodos usados pelos governos anteriores que, segundo ele, arrochavam os salários dos trabalhadores. "Estamos propondo uma poupança compulsória que será devolvida no final de 1989. Não estamos penalizando o consumidor com o aumento das alíquotas do Imposto de Renda".

Segundo cálculos do Governo, as novas medidas vão propiciar, nesta primeira fase, uma arrecadação da ordem de Cz\$ 133 bi-

lhões, assim distribuídos: Cz\$ 50 bilhões provenientes de ações de empresas estatais que serão vendidas no mercado financeiro; Cz\$ 47 bilhões dos depósitos compulsórios recolhidos dos combustíveis (álcool e gasolina), carros e viagens internacionais, e 36 bilhões da previdência privada das empresas estatais que serão obrigadas a repassar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento um terço de seus ativos.

AS MEDIDAS

O único aumento permitido pelo Governo Federal, como resultado direto destas medidas, será para a tarifa dos táxis, explicou o ministro da Fazenda, já que os taxistas também recolherão depósito compulsório nos combustíveis. Explicou, no entanto, que o aumento destas tarifas tem uma influência mínima no Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e não terá repercussão no índice da inflação de cada mês. Os taxistas poderão, no entanto, adquirir carros novos sem o pagamento das taxas.

As principais modificações verificadas no mercado financeiro são referentes aos títulos da dívida interna que deverão ser rolados nos próximos 60 dias. Esses títulos sofrerão um aumento de imposto de renda de 12 para 40 por cento. Ficou decidido também uma remuneração menor para esses títulos da ordem de 5% por cento. Segundo Dilson Funaro, esta medida vai propiciar um ganho de Cz\$ 14 bilhões para o pagamento do serviço da dívida interna.

O Governo autorizará nos próximos dias a abertura de uma nova caderneta de poupança que terá taxas de juros flutuantes, modificados a cada dois meses. O poupador poderá ainda optar pela caderneta de poupança já existente, se preferir. Os títulos oficiais não serão taxados mais com Imposto de Renda. Esta medida, segundo Funaro, também permitirá a redução do serviço da dívida interna e do processo de indexação da economia.

A criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, já apelidado, no Palácio do Planalto, de Fundão,

LUÍZ MARQUES



Funaro e Sayad no Planalto: poupança interna aumenta

servirá basicamente para financiar os investimentos novos das empresas privadas e públicas. O ministro da Fazenda garantiu que os recursos arrecadados para o fundo não serão utilizados no pagamento de despesas correntes do déficit público.

Os depósitos compulsórios da gasolina e do álcool foram fixados igualmente em 28 por cento. Este aumento virá automaticamente no preço corrente nas bombas dos postos de abastecimento. O ministro Dilson Funaro explicou que a não taxação do óleo diesel permitirá que os transportes de carga e de passageiros não sofram quaisquer aumentos.

Funaro justificou ainda a taxa dos combustíveis.

Disse que na época da aplicação do plano cruzado, o Governo havia decidido majorar os preços dos combustíveis em 20 por cento, o que acabou não ocorrendo.

Para a aquisição de carros novos, o consumidor terá de pagar uma taxa extra de 30 por cento; carros de até dois anos, 20 por cento, e de 2 a 4 anos 10 por cento. Para as passagens aéreas e marítimas internacionais, o Governo decidiu que as taxas cobradas não serão devolvidas. Portanto, estas viagens internacionais e os dólares sofrerão um aumento real de 25 por cento.

Todos os depósitos compulsórios provenientes dos combustíveis e dos carros comercializados serão devolvidos ao consumidor no

final de 1989. Até lá, os contribuintes poderão receber os juros correspondentes de suas "poupanças forçadas" anualmente, no pagamento do Imposto sobre Veículos Automotores, na forma de cotas de ações de empresas estatais. No final de 89, o governo fará uma distribuição entre todos os proprietários de carros de forma proporcional ao consumo de litros de combustível durante todo o período de validade da medida. Quem se sentir penalizado, poderá recorrer, através de processo junto ao Ministério da Fazenda, mas por isso terá que comprovar seu consumo com as notas fiscais fornecidas pelos postos de abastecimento.

Os ministros Funaro e Sayad explicaram ainda que as cotas das ações que serão entregues aos contribuintes terão rendimento semelhante às cadernetas de poupança, "sem perda para os empréstimos".

O Fundo de Desenvolvimento Nacional também receberá recursos provenientes da previdência privada das empresas estatais, que deverão comprar ações do Fundão no valor proporcional de um terço do valor de seus ativos.

Estes títulos serão Letras do Tesouro Nacional (LTN) com rendimentos de 6 por cento ao ano. Esses recursos, na opinião de Funaro, deverão atingir a cifra de Cz\$ 36 bilhões. As empresas estatais também farão a sua contribuição, orçada em Cz\$ 50 bilhões através da emissão de

ações preferenciais que serão lançadas no mercado financeiro. Outra medida para o mercado financeiro será com relação à entrada de recursos estrangeiros, em forma de fundos fixos. O capital estrangeiro que entrar no País não poderá sair, e sua comercialização só se fará nos mercados externos, a exemplo do que é feito na Coreia.

O Fundo de Desenvolvimento Nacional será administrado pelo Ministério da Fazenda, e a Secretaria de Planejamento se incumbirá da execução dos orçamentos e planejamentos para a aplicação dos recursos disponíveis.

CONSUMO EXCESSIVO

Dilson Funaro, garantiu que as medidas adotadas agora pelo governo Sarney são absolutamente necessárias para o crescimento econômico do País e para garantir a criação de novos empregos no futuro. Disse que o consumo interno aumentou de forma desordenada e justificou a taxa de depósitos compulsórios nos carros: "são produtos superfluos". No caso das viagens, o ministro afirmou que o brasileiro estava gastando demais no exterior: o número de passaportes emitidos diariamente aumentou de 150 para 800. Isto, segundo ele, demonstra um aquecimento excessivo. Até o final do ano, o Governo estava estimando uma evasão de 1 bilhão de dólares apenas com turismo no exterior.

Questionado sobre as repercussões negativas destas medidas junto à classe média e sua relação com as eleições de novembro, o ministro João Sayad disse que a democracia é compatível com as eleições, acrescentando que a população vai entender, já que o plano cruzado vai muito bem e é visível o seu sucesso. O ministro Funaro justificou a aplicação de decretos-leis alijando a classe política da discussão de medidas tão importantes para o País: "Se o plano cruzado fosse discutido no Congresso Nacional, sua aprovação levaria de três a quatro meses, pelo menos". O Brasil, segundo Funaro, não pode esperar.